

Segunda Leitura: O português e a redação dos alunos de Direito

Spacca

O português dos alunos de Direito vem se mostrando cada vez mais deficiente. E não é privilégio desta ou daquela faculdade, pública ou privada, nem mesmo de determinada região. É nacional. Frases incompreensíveis, palavras utilizadas erroneamente, dificuldade extrema em redigir um texto, impossibilidade de por no papel o que se pensa, tudo isto vai se tornando rotina nas atividades dos estudantes da graduação.

O fato não passa despercebido aos profissionais da área. Professores comentam, as faculdades de Direito notam, escritórios de advocacia e órgãos públicos alertam os estagiários, que por vezes são mandados embora ou colocados em setores mais simples, onde não seja necessário escrever.



A situação, que se agrava a cada ano, é altamente negativa. Sofrem os estudantes, pois vislumbram as dificuldades que terão na vida profissional, perdem os que os empregam, porque o serviço que prestam não corresponde às expectativas, penam as faculdades de Direito, inclusive pelos reflexos que se fazem sentir nos exames da OAB, com o baixo nível de aprovação.

De quem é a responsabilidade? Que fazer?

O primeiro passo é reconhecer que estamos diante de um momento de virada cultural, de mudanças radicais. A começar pelo uso dos aparelhos eletrônicos. Mensagens eletrônicas, torpedos nos celulares, manifestações nas redes sociais, costumam ser curtas, diretas, telegráficas. Mudam comportamentos, formas de expressão, regras de conduta. Uma das consequências é a total alteração da forma de comunicar-se por escrito, o que atinge um número significativo de jovens.

Poucos com mais de 40 anos saberão o que significa a frase “quer teclar comigo?”. Resposta: trocar mensagens. Mais difícil será compreender que “sussi” é sossego e “blz” quer dizer beleza, tudo bem. Dois pontos e um colchete ? significa feliz, mas dois pontos e um O :O quer dizer surpresa, “beijaum” é um beijo grande. Estamos diante de uma nova e diminuta linguagem, o internetês. Consulte-se a respeito a [Wikipedia](#) (clique [aqui](#) para ler).

Além disto, palavras estrangeiras são incluídas no vocabulário, por vezes substituindo alguma do português (deletar, por apagar), em outras, traduzidas indevidamente (inicializar ao invés de iniciar) ou mesmo inovando por completo (p. ex., printar para dizer imprimir).

Socialmente, o jovem que não se expressar desta forma estará excluído do grupo. Com certeza ninguém jamais ouviu ou ouvirá uma jovem dizendo “*estou louca para sair com ele, porque seu português é maravilhoso, fala e escreve muito bem*”.

Em um segundo plano, mas também de grande relevância, são as deficiências do ensino médio e fundamental. Não é preciso ser um especialista para saber que houve uma queda brusca no nível de

ensino e que não se reprova ninguém, principalmente nas escolas públicas. Segundo a mídia impressa “A discreta melhora apresentada nos últimos anos no ensino médio público cessou em 2011” (*Folha de S.Paulo*, 15.8.2012, C1).

Tudo isto faz com que, ao entrar na Faculdade de Direito, o jovem acadêmico tenha grande dificuldade em expressar-se, inclusive oralmente. O seu vocabulário reduz-se a poucas palavras. Sem vocabulário não se expõem as ideias, não se transmite o que se pensa. Daí porque surgem, nos trabalhos acadêmicos, nos testes ou nos estágios, petições lacunosas ou confusas. Ofício, carta, *memorandum*, nem pensar.

Não é raro que o professor encontre parágrafos incompreensíveis, petições que repetem a mesma coisa duas ou três vezes, ou referências que nada tem a ver com o assunto tratado, porque foram copiadas por quem não consegue escrever. Há uma mescla de mau português com dificuldade de organizar as ideias.

Se esta situação não é boa para qualquer estudante universitário, ela é ainda pior para o acadêmico de Direito. Sim, porque nas profissões jurídicas a exposição de ideias, falando ou escrevendo, é a imprescindível rotina de trabalho. Ao contrário, a importância será menor, por exemplo, para um profissional de área técnica.

O estudante de Direito deve procurar sair dessa situação. A regra número um é ler, de preferência autores com redação clara, rica em sinônimos, que organize bem suas ideias. Machado de Assis, por exemplo. O editorial dos bons jornais também ajuda.

A segunda regra é escrever. Fugir da cômoda repetição de textos alheios, do copia e cola, do uso absoluto de modelos. Redigir é um excelente meio de aprimorar a escrita. Uma folha por dia, sobre qualquer assunto, pedindo a alguém que leia e corrija, pode gerar excelentes resultados. Escrever o que se pensa, na ordem direta.

Por parte das faculdades de Direito também muito se pode fazer. Em primeiro lugar, enfrentando o problema. Obviamente, elas não são a causa, mas nem por isso deixam de sofrer as consequências. A queda no nível, com a consequente reprovação em Exame da OAB e concursos públicos, atinge a imagem do estabelecimento de ensino.

É preciso que se inclua o português nos cursos de graduação, como matéria obrigatória. No primeiro período e de preferência com um professor rigoroso. Se a faculdade não quiser colocar com todas as letras que está ensinando português, pode batizar a matéria com um nome mais pomposo como “Análise de texto” ou “Princípios de redação”. E se houver dificuldades com a grade horária, já que cinco anos não são suficientes para tantas matérias, que pelo menos se ofereça um módulo, isto é, aulas que se assistem por inscrição voluntária ou ainda curso a distância, via internet.

Os professores devem auxiliar os estudantes, tendo em mente que eles estão inseridos em um mundo novo, com regras próprias. E também, na medida do possível, evitar provas objetivas, pois não auxiliam na prática da redação. Provas orais também são importantes, porque obrigam o aluno a saber expressar-se. É dizer, não basta criticar, contar os erros encontrados nas provas. É preciso ajudar, orientar.

Os órgãos que administram as carreiras públicas também têm um papel a cumprir. Por exemplo, cursos

de redação, presenciais ou a distância, podem auxiliar os assessores dos agentes do Ministério Público. Incluir o português nas provas de ingresso também é uma boa providência (o TJ-SP inclui Língua Portuguesa nos concursos de ingresso na magistratura). Colocar a matéria nos cursos que se ministram após a posse no cargo também é importante.

Em suma, o problema aí está e é preciso enfrentá-lo. E os estudantes necessitam ter em mente que, mesmo neste novo mundo, ele sempre exigirá do profissional do Direito clareza de ideias e eficiência na exposição das teses.

Date Created

19/08/2012